



A postura dos intelectuais orgânicos na greve dos docentes da UESPI em 2011 frente a difícil negociação com o Estado

ROSÂNGELA ASSUNÇÃO\*

Na historiografia brasileira consagrou-se uma visão, herdada da matriz jusnaturalista, que apresenta o Estado como sujeito do processo histórico, dotado de grandes poderes e de iniciativa própria. Ora ele é visto como coisa gigantesca, como tarefa árdua a assumir; ora é visto como sujeito atuante, por excelência, do processo histórico brasileiro. Para Virgínia Fontes (2005), essa visão permeia a maioria das interpretações da História do Brasil e foi, segundo ela, amplamente divulgada por dois autores. Raymundo Faoro, que destaca como principal característica do Estado, o estatismo mesclado por uma confusão entre o público e o privado, segundo ele, herança do período colonial. Reforça, assim, o predomínio do estado sobre a vida social. Outro autor a defender a mesma tese é José Murilo de Carvalho (2002) ao propor o termo “estadania” para definir a cidadania no Brasil. Segundo o autor, há uma excessiva valorização do Poder Executivo, o que favorece a construção de uma cultura orientada mais para o Estado do que para a representação. Para Virgínia Fontes (2005), essas reflexões suscitam certa desconfiança constante em relação ao Estado, que passa a ser visto pela maioria como cooptador, coercitivo, reforçando a ideia da impotência da sociedade diante do poder central, incluindo-se aí as formas sociais de organização e representação política. Alerta que essa visão pode acarretar uma série de erros de interpretação em relação ao Estado e pode favorecer a elite econômica com suas justificativas liberais que defendem uma modernização do Estado através de rearranjos de cunho empresarial para promover a modernização do mesmo. Serve ainda para justificar a ocupação dos postos do governo por lideranças altamente qualificadas como necessárias para alterar o funcionamento do Estado, tornando-o, competitivo, ágil ou voltado para a dimensão pública.

*Ao centralizar no Estado e em suas atribuições a explicação do processo histórico brasileiro, realiza-se um processo de “deslocamento” do Estado do restante da vida social, tornando objeto central e sujeito da ação histórica. Entidade com fim em si*

---

\* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História Social da UFF; Professora do Curso de História da Universidade Estadual do Piauí- UESPI, Campus Clóvis Moura; Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí-FAPEPI.

*mesma, com lógica própria, tradição, costumes e problemas específicos, o Estado é percebido separadamente dos conflitos que atravessam a vida social, inclusive entre os grupos dominantes. (FONTES, 2005:215).*

Apresentado dessa forma, é completamente contrário à visão de Estado Ampliado, de Gramsci formado pela sociedade civil e pela sociedade política. Para o autor, o Estado é formado pelo conjunto social e marcado por conflitos dos grupos que estão no interior do mesmo dominando os seus órgãos de representação e decisão. A burguesia brasileira, ao propagar essa visão invertida de Estado, provoca uma apatia pelas questões estatais, favorecendo assim, a hegemonia do seu grupo uma vez que este está organizado tanto na sociedade civil através das associações de classes, Organizações não Governamentais-ONG, como nos partidos políticos, onde passam a fazer parte do Estado através dos cargos eletivos. Assim, esse grupo segue criticando o Estado, exigindo que o mesmo se modernize, o que significa se adequar ao modelo neoliberal da política internacional. Modelo este marcado por constantes crises capitalistas que têm se agravado no início do século XXI principalmente nos países desenvolvidos. Mas os órgãos econômicos internacionais criados para gerir esse sistema e encontrar soluções para tais crises passam a exigir dos Estados uma reformulação das formas produtivas, das classes sociais e do seu próprio papel, enfim, a reconstrução das relações sociais como um todo. “[...]. No fundamental essa alteração implica em suprimir o antagonismo, seja no plano das lutas de classe na sociedade, seja nas lutas travadas na produção [...]” (DIAS, 2006:199). Nossa análise será fundamentada a partir das construções teóricas do marxista sardo Antonio Gramsci (2010, 2012, 2014), que dedicou grande parte de sua produção teórica para compreender o Estado e a sociedade capitalista fornecendo elementos para a classe trabalhadora saber enfrentar o sistema utilizando a teoria para fundamentar a prática na luta cotidiana pela sobrevivência. Para ele o Estado é:

*[...]. O Estado é certamente concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo, mas este desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apresentados como a força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias ‘nacionais’, isto é, o grupo dominante é coordenado concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados e a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados, equilíbrios em que os interesses do grupo dominante prevalecem, mas até um determinado ponto, [...]. (GRAMSCI, 2012:42).*

O autor apresenta o Estado como classista, mostrando como se dá a organização de forma prática e teórica de uma classe para dominar as outras. A tendência é a classe dominante apresentar o Estado como universal, responsável pelo bem de toda a coletividade, como uma das formas de assegurar o poder, mantendo o consenso e a legitimidade de quem está à frente do poder estatal. Todavia, há que se observar que o Estado em si é formado por interesses antagônicos e contraditórios. Suas relações são marcadas por conflitos de classes. E essa assertiva não pode desanimar aqueles que estão momentaneamente fora do poder e na luta por melhoria para os trabalhadores e população mais necessitada. Não podemos reduzir o Estado á pura vontade dos dominantes, pois assim se estaria negando a luta de classes e as contradições existentes no interior dessa instituição. Sônia Mendonça tem dedicado seus estudos para explicar como se dá a organização, a preparação intelectual da elite agrária brasileira para dominar as agências do Estado, com vista a construir hegemonia em torno de seus projetos. Nesses estudos, a autora tem apresentado como se dão os conflitos internos e intensos nas disputas pela hegemonia entre as próprias frações das classes dominantes. Ela nos esclarece o que seria esse Estado Ampliado de Gramsci:

*Para melhor compreender o Estado enquanto uma relação é necessário operar com uma visão triádica existindo para Gramsci, três níveis de percepção da sociedade e do Estado: a) infraestrutura- que tal como para Marx consiste no espaço das relações de produção e de trabalho, na economia simplificada falando; b) a sociedade civil- conjunto dos indivíduos organizados nos chamados aparelhos privados de hegemonia e cerne da ação/pressão política consciente, dirigida a obter certos objetivos e, finalmente, c) a sociedade política- ou “Estado em sentido restrito”, identificado ao que mais comumente designamos como Estado, isto é, o conjunto de aparelhos e agências do poder público propriamente dito. O peculiar da visão de Estado Ampliado de Gramsci é que ele, enquanto relação social engloba tanto a sociedade civil quanto a sociedade política, numa interação permanente. (MENDONÇA, In: MATTOS, 1998:17).*

Marcelo Badaró Mattos (2009) também concorda com essa organização da classe dominante, segundo ele, as classes dominantes buscam todos os meios para fazer com que o Estado continue a representar seus interesses, as estratégias vão desde o monopólio das agências do estado restrito, até a organização nos espaços da sociedade civil, como sindicatos, ONGs, fundações, etc., fortalecendo seus laços e suas propostas de reforma. Essas são tão bem elaboradas que aparecem para a sociedade como do interesse de todos como se fossem consensuais. Para compreendermos essa relação entre as classes e o estado, se faz necessário adentrarmos no conceito de Hegemonia de Gramsci.

*O exercício 'normal' da hegemonia, [...], caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública – jornais e associações –, os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados. [...]. (GRAMSCI, 2012: 96).*

Como Gramsci (2012) asseverou, os interesses dos dominantes prevalecem até certo ponto, esse seria o espaço para os subalternos buscarem inserir junto ao Estado restrito suas propostas de reforma uma vez que a classe dominante para se manter no poder é obrigada a fazer concessões às classes dominadas. Nesse caso, só através da luta de classes, tendo em vista que a relação entre ambas não é nada pacífica principalmente quando se quer alterar a estrutura do poder. O Partido Político é esse órgão que pode organizar as vontades coletivas e fazer com que os interesses dos trabalhadores se transformem em políticas de Estado uma vez que, ao fazer parte do Estado, pode construir hegemonia em torno dos interesses de sua classe. Além de se organizarem em partidos políticos eleitorais, outra forma bastante utilizada pelos trabalhadores brasileiros para conquistarem seus objetivos, tem sido a organização em sindicatos da categoria e nos momentos de grande conflito se utilizam da estratégia da greve como forma de pressão política.

Não podemos perder de vista que a sociedade civil tem seus espaços marcados por relações de força, mas também espaços de negociação, a classe que pretende se tornar hegemônica precisa fazer concessões às outras classes para que possa ter o controle sobre o poder. Não significa dizer que elas serão dadas de forma pacífica. Essas relações se dão numa sociedade bastante complexa, dominada pelas novas regras do capital que exigem reformulação das relações trabalhistas e da própria sociedade como um todo. Assim, podemos entender que, por mais que a classe dominante faça concessões, elas são restritas e conquistadas a partir da luta da classe trabalhadora organizada, provando o caráter classista do Estado. É a partir desses embates e da conscientização da sua situação de classe que os trabalhadores sentem a necessidade de terem um órgão para representar o seu projeto de sociedade, esse órgão é o Partido Político.

O autor pregava a necessidade de intelectuais da classe trabalhadora para analisar a sociedade e conjuntura nas quais os trabalhadores estavam imersos. Esse grupo articulador ajudaria na formação e conscientização dos trabalhadores bem como junto com eles construiriam um projeto de sociedade que atendessem os anseios da classe dos trabalhadores.



O Partido Político seria esse órgão responsável para criar as condições da implantação desse projeto de sociedade. Nesse caso, o Partido tinha que surgir no seio da classe trabalhadora e estar permanentemente imerso em suas lutas. Portanto, o Partido também seria aparelho de hegemonia na medida em que se organiza em torno de objetivos comuns, produzindo projetos de intervenção político-social e mobilizando a ação coletiva do grupo que representa.

Gramsci, o teórico da práxis, concebe a formação do intelectual como sujeito responsável pela construção da hegemonia e da contra hegemonia, sujeito crítico capaz de, com sua ação, provocar, transformação social. Neste trabalho, concebemos os professores da Universidade Estadual do Piauí, organizados através da Associação dos Docentes (ADCESP), como intelectuais orgânicos. O nosso objetivo é compreender sua postura diante da greve dos docentes em 2011, em sua relação com o Estado e reitoria. Para facilitar a nossa compreensão, vejamos como Antonio Gramsci concebe o intelectual.

Para o autor, “a relação entre os intelectuais e o mundo da produção não é imediata, como ocorre nos grupos sociais fundamentais, mas é “mediatizada”, em diversos graus, por todo o tecido social, pelo conjunto das superestruturas, do qual os intelectuais são precisamente os “funcionários”. (GRAMSCI, 2010:20)”. O teórico está se referindo aos dois planos superestruturais que formam a hegemonia social, a “sociedade civil”, formada pelos órgãos de hegemonia privados e o da “sociedade política” formado pelo Estado. Ambos se referem à função hegemônica que os grupos dominantes exercem na sociedade e ao domínio direto exercido pelo Estado através das leis e da formação cultural. Nesse caso, já é possível perceber a visão de Estado Ampliado do autor, formado por esses dois planos superestruturais, sociedade civil e sociedade política, portanto, como unidade articulada de consenso e coerção. E os intelectuais? Qual o seu papel?

*Os intelectuais são os “prepostos” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é 1) do consenso que nasce historicamente do prestígio(...), 2) do aparelho de coerção que assegura “legalmente” a disciplina dos que não “consentem,”(...). (GRAMSCI, 2010:21).*

De acordo com Gramsci, os intelectuais têm função específica na estrutura social. Cabe a eles assumir seu papel como representantes da classe trabalhadora, embora existam aqueles que se consideram independentes de qualquer classe. Na Universidade, os intelectuais também vão se organizar buscando o consenso para suas demandas, com isso buscam o apoio da

comunidade universitária e da sociedade civil, utilizando para isso a estratégia da greve, onde são apresentadas as mazelas da instituição e da situação trabalhista dos docentes. Esses intelectuais orgânicos se organizam através da ADCESP (Associação dos Docentes da Universidade Estadual do Piauí) entendida gramscianamente como partido político. Como o nosso intelectual é urbano, vale lembrar que, para Gramsci (2010), o mesmo é geralmente bastante estandardizado e se identifica com o Estado maior industrial, também ele não exerce função política sobre as massas instrumentais, daí a necessidade desse intelectual se organizar através do Partido Político.

*(...). O partido político, para todos os grupos, é precisamente o mecanismo que realiza na sociedade civil a mesma função desempenhada pelo Estado, de modo mais vasto e mais sintético, na sociedade política, ou seja, proporciona a soldagem entre intelectuais orgânicos de um dado grupo, o dominante, e intelectuais tradicionais; e esta função é desempenhada pelo partido precisamente na dependência de sua função fundamental, que é a de elaborar os próprios componentes, elementos de um grupo social nascido e desenvolvido como “econômico”, até transformá-los em intelectuais políticos qualificados, dirigentes, organizadores de todas as atividades e funções inerentes ao desenvolvimento orgânico de uma sociedade integral, civil e política. Aliás, pode-se dizer que, no seu âmbito, o partido político desempenha sua função muito mais completa e organicamente do que, num âmbito mais vasto, o Estado desempenha a sua (...). (GRAMSCI, 2010:24).*

Por que estamos considerando a Associação dos Docentes como partido político? Porque a mesma é quem organiza a categoria, propõe demandas de luta, contextualiza a conjuntura, preparando o terreno para despertar dos sentimentos de pertencimento do grupo e de indignação pela situação estrutural da Universidade e salarial dos docentes, apresentando, assim, os motivos para a greve, ou o rompimento da “normalidade”. Os seus dirigentes agem como intelectuais orgânicos, uma vez que organizam a categoria para lutar por transformações na universidade, construindo assim o consenso em torno de suas demandas. Isso se dá devido à estreita relação entre os membros da diretoria da Associação e o Partido Político, imprimindo um caráter político às lutas dos docentes. Apresentamos de forma sintética os grupos que faziam parte da ADCESP e que se destacaram durante a greve de 2011.

A ADCESP, desde a gestão 2007, vinha sendo conduzida por militantes do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado-PSTU. Em 2011, a presidente da entidade, professora Maria das Graças Silva Ciríaco, era militante do Partido e tinha participado da gestão anterior como diretora de imprensa e divulgação. Também fazia parte da diretoria Lina Fernandes (PSTU), esta, na gestão seguinte, assumiu o cargo de presidente da entidade. Lucineide Barros

Medeiros filiada ao Partido Socialismo e Liberdade-PSOL já estava na sua segunda gestão; também participou da gestão seguinte, Daniel Vasconcelos Solon (PSTU), ex-presidente da ADCESP e na época era representante Regional do ANDES. Esse grupo já vinha desde 2010 conduzindo um movimento de luta em prol da Universidade, denominado de “S.O.S UESPI”, no qual, de maneira geral, denunciavam a situação precária da universidade, as condições de ensino que envolviam dificuldades estruturais para desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão, situação precária enfrentada pelos estudantes, principalmente dos Campi do interior. A partir daí, em uma luta conjunta com a comunidade estudantil, passaram a exigir do estado e da reitoria melhorias estruturais para todos os Campi da Universidade que no total são 11 (Os Decretos estaduais 14. 840 de 04 de junho de 2012 e 15.025 de 11 de dezembro de 2012 reestruturam a organização da instituição em dezoito unidades acadêmicas distribuídas em onze campi entre Capital e interior do Piauí). A greve, segundo os representantes desse grupo, era a continuação do movimento. Destacamos esses intelectuais como os fomentadores das discussões em torno dos problemas estruturais da universidade e da situação salarial dos docentes, preparando o ambiente para a deflagração da greve e, quando a categoria estava desgastada sem conseguir o aumento salarial, eles também apresentaram proposta de finalização da greve.

Outro grupo de intelectuais que se destaca nas discussões sobre a precariedade da universidade e situação salarial dos docentes é o dos associados que já fizeram parte da Administração Superior e, quando perdem esses cargos, voltam a militar na associação, ajudando inclusive a construir a greve, se juntam a eles os demais sócios que lutam pela melhoria salarial da categoria. Ora parecem concordar com a diretoria; outras vezes, parecem agir independentemente. Sua postura depende muito da forma como o movimento paredista é conduzido pela diretoria da Associação. O discurso desse grupo é marcado por críticas à reitoria da instituição e ao Estado que dificulta a negociação salarial. Mas a sua maior bandeira é a da questão salarial.

Temos ainda o grupo ligado à administração superior da Universidade formado por reitor, vice, pró-reitores e simpatizantes, liderados nessa greve pelo vice-reitor Nougá Cardoso Batista. Esse grupo tenta amenizar as críticas em relação à reitoria, apresenta justificativas para as demandas dos grevistas e também defende a questão salarial e melhorias estruturais da IES. Entretanto, não costuma se envolver com o movimento paredista, se faz presente nas assembleias da categoria onde é avaliado o movimento, mas é bastante criticado

pelos demais por não ajudar na negociação com o Estado. Como se pode ver, dentro de um pequeno grupo como a ADCESP, existem vários interesses em jogo, o que os une é a questão salarial. Quando a greve foi deflagrada no dia 09 de maio, teve sua aprovação em uma votação de 39 votos a favor e 09 contra.

A preparação do movimento começou ainda em março com as discussões sobre a situação estrutural da UESPI, as mesmas foram motivadas pela proximidade do início do período letivo. Na assembleia do dia 17, foram relatadas as decisões do XXX Congresso do ANDES/SN quando foi aprovada sua filiação a CONLUTAS (Central Sindical e Popular-CSP Conlutas) e plano de lutas para os docentes de nível superior. A discussão foi conduzida pela diretoria da ADCESP que sugeriu paralisação de advertência para chamar a atenção do poder público para os problemas estruturais da Instituição. Como podemos ver, o ANDES é quem define a política de lutas que as associações devem empreender em seus Estados, assim a assembleia foi marcada pelo contexto de precariedade das universidades e pela avaliação da política estatal para a educação superior. Então, estava sendo construído o contexto para o rompimento da “normalidade”.

Nossa análise sobre o papel dos intelectuais no movimento começa nas assembleias de abril quando a categoria se reuniu para discutir a situação da universidade e o reajuste salarial. Faremos a mesma a partir dos três grupos que identificamos no interior do movimento: Diretoria da ADCESP; membros da Administração Superior da UESPI e professores sócios que fizeram parte de gestões anteriores na administração superior da Universidade. Gramsci é severo quanto à postura do intelectual, ele tem que se envolver de fato com a luta dos trabalhadores em busca da transformação social.

*(...). O modo de ser do novo intelectual não pode mais consistir na eloquência, motor exterior e momentâneo dos afetos e das paixões, mas numa inserção ativa na vida prática, como construtor, organizador, “persuasor permanente”, já que não apenas orador puro – mas superior ao espírito matemático abstrato; (...). (GRAMSCI, 2010:53).*

Os membros da diretoria da ADCESP se apresentavam como esse intelectual descrito por Gramsci. Com participação ativa e prática na greve, foi esse grupo quem organizou e construiu o movimento grevista, conduzindo as ações da luta, ajudado por representantes dos outros dois grupos em questão, mas a grande maioria dos professores sócios não se envolvia com as atividades. Esse fato é constatado em todas as assembleias quando se faz a avaliação



do movimento. Essa é uma das posturas observadas sobre parte desses intelectuais da IES, muitos ficavam só nos discursos das assembleias, lá se apresentavam fortes e combativos, mas no momento de construir o movimento, participando das atividades da greve, muitas eram as justificativas para a ausência( estágio probatório, cargos na administração superior, falta de tempo por que tinham outros empregos, etc.) , negando a postura do intelectual orgânico de Gramsci que é o construtor da práxis histórica, não fica jamais só em discurso.

Na assembleia do dia 1º de abril, foi feita uma avaliação da paralisação dos professores onde decidiram dar início às aulas com um calendário de paralisações incluindo indicativo de greve. A presidente da ADCESP informou que na assembleia anterior fora deliberado que o piso do (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) DIEESE, de R\$ 2.200,00, seria o referencial para a proposta salarial da campanha de 2011. O professor Daniel Solon ressaltou que a campanha salarial, não se pautava apenas salário, pois articulava-se às lutas gerais que compõem a campanha SOS UESPI. Visão essa defendida pelos membros da diretoria que avaliam como negativa a pouca participação dos professores nas atividades de paralisação, ainda sobre a reunião com o governador, segundo a professora Lina Santana, este fez pouco caso das reivindicações dos professores se colocando como desconhecedor dos problemas da universidade e nada prometeu para a instituição. Daniel Solon destacou o comportamento do reitor na reunião com o governador. Segundo ele, o Professor Carlos Alberto Pereira da Silva (reitor) se mostrou submisso e não soube defender a ampliação de vagas no concurso para professores e técnicos. Opinião também expressa por Lucineide Barros que lamentou a oportunidade que a reitoria perdeu para avançar nas melhorias para a UESPI. O professor Nougá (vice-reitor) avaliou o movimento como positivo, porém, reforçou que a ADCESP deveria separar os assuntos para discutir com o governador, pois, ao levar problemas internos, fere a autonomia da universidade, garantiu que o concurso para professor vai sair ainda em 2011.

O intelectual orgânico por marcar sua ação por uma visão crítica de todo o tecido social, não pode demarcar a fundamentação da luta apenas aos problemas da universidade ele sabe que os mesmos fazem parte de uma conjuntura bem maior que abarca o modelo de governar do Estado capitalista com uma política específica para a o desmonte da Universidade pública. Como denuncia o ex-diretor do ANDES Roberto Leher.

*geração de reformas- vem sendo empreendida, agora com o beneplácito de um antigo opositor: o Partido dos Trabalhadores. Um novo bloco de poder vem sendo forjado, agregando, sob a direção do capital financeiro, a burocracia sindical, as oligarquias e setores econômicos como o agrobusiness e, mais genericamente, o setor de exportação de commodities, setores que não necessitam de uma universidade pública capaz de produzir conhecimento novo. (...). (LEHER, In: NEVES, 2004:21).*

Nas avaliações do movimento, é comum o grupo da diretoria colocar a culpa na reitoria pela dificuldade em negociar com o Estado, sempre apresentando a mesma como submissa ao Estado. Embora as críticas ao Estado indiferente e sem compromisso com a educação sejam reforçadas, eles esperam que reitoria faça ponte na negociação, mas esta nem sempre consegue o que a IES precisa para funcionar a contento. Nesse caso, a trajetória dos sujeitos pode ajudar a explicar o envolvimento ou não na greve. O reitor Carlos Alberto era militante do Partido dos Trabalhadores e já estava em sua terceira gestão na administração superior, foi pró-reitor de ensino, vice-reitor e agora reitor. Não participava das assembleias, pois não encontramos nas atas sua manifestação. Nougá Cardoso Batista não é filiado a partido político, entretanto tem participação ativa na política partidária no interior do estado, de ex-presidente da ADCESP, agora vice-reitor. Nougá, por ter sido presidente da ADCESP e sempre atuante nos movimentos paredista de professores, tinha voz ativa nas assembleias, mas não fica claro pelas atas se ele se envolveu nas atividades da greve. Pela análise da documentação, demonstrava preocupação em resolver os problemas da universidade, entretanto também não conseguia muita coisa com os representantes diretos do Estado. O governador Wilson de Sousa Martins era do Partido Socialista Brasileiro-PSB, tinha sido vice-governador na gestão do PT, ganhou a governo do estado com seu apoio, mas, quando assumiu o governo, rompeu com o Partido dos Trabalhadores e passou a fazer duras críticas à administração petista no estado do Piauí. Em relação à Universidade, fazia pouco caso das demandas exigidas pelos grevistas. Para Bourdieu (2007) a “posição de classe” desses sujeitos diz muito sobre sua trajetória e as posições que assumem politicamente e socialmente. Esse esclarecimento é para contextualizar a dificuldade na negociação. Como assevera Pierre Bourdieu:

*A posição de um indivíduo ou de um grupo na estrutura social não pode jamais ser definida apenas de um ponto de vista estritamente estático, isto é, como posição relativa (“superior”, “média” ou “inferior”) numa dada estrutura e num dado momento. O ponto da trajetória que um corte sincrônico apreende, contém sempre o sentido do trajeto social. (...). (BOURDIEU, 2007:7).*

A Associação, na condução do movimento, não priorizou a questão salarial, continuou defendendo as pautas do Movimento S.O.S UESPI, encabeçada por questões estruturais, de independência financeira, administrativa e de gestão; política de assistência estudantil e ampliação do quadro de professores e técnicos. Isso por que a mesma segue as pautas de reivindicação do ANDES-SN e vê a campanha de forma ampla como oportunidade de discutir a própria universidade. Entretanto constatamos que, quando a pauta sobre campanha salarial era discutida, assim que finalizava a discussão, os professores se dispersavam da assembleia, prejudicando a discussão das demais pautas por falta de quórum. Esse fato aponta para algumas questões, que a maioria dos presentes estavam interessados na questão salarial e ou não queriam se comprometer com as atividades do movimento, uma vez que, ao final da assembleia, se definiam as atividades, as comissões, enfim, as tarefas de todos os envolvidos. Os representantes da reitoria também participavam ativamente dos debates na assembleia, ao que tudo indica sua participação se restringia a esse espaço. Caso denunciado de forma crítica por aqueles que estavam à frente do movimento. A professora Lina Santana reclama:

*(...) a professora Lina falou da ausência da reflexão sobre a instituição. Abordou ainda a falta de consciência crítica dos professores e alunos para continuar avante a campanha e a greve, como também da possibilidade de desaparecer a nossa universidade por não atendimento de metas do curso superior. (ATA, ADCESP, 09/06/2011).*

Na assembleia de avaliação do movimento de paralisações, professora Lina continuou denunciando o não envolvimento dos docentes:

*(...). Lina também destacou o protagonismo dos estudantes nas duas últimas semanas e que uma maior participação dos professores poderia ter alterado o quadro atual. Apesar disso, considerou o movimento vitorioso, creditando o mérito aos estudantes e sugerindo que revisemos o nosso papel político. (ATA ADCESP, 01/04/2011).*

Essa indignação da professora pode ser compreendida através de Gramsci, que lembra: “(...) todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais (...)”. (GRAMSCI, 2010:18). Assim podemos compreender o não envolvimento dos professores que não assumem a luta como sua e sim da associação, vão às assembleias só para se informar do que está sendo feito, mas o envolvimento na luta diária é

prejudicado pelos outros compromissos, muitas vezes com a própria instituição através dos vários cargos comissionados que assumem.

Na assembleia do dia 07 de abril, a discussão foi em torno da questão salarial, os professores demonstram não concordar com o piso salarial proposto pelo sindicato para a campanha salarial 2011, surgindo divergências na assembleia, porém a diretoria do sindicato reforçou que a proposta de R\$ 2.200,00 é a mesma do ANDES/SN e que não poderia apresentar outra até porque o estado também não apresentou contraproposta, e a categoria tem que se unir porque a campanha é bem maior do que salarial. O foco da luta é a questão estrutural defendida desde 2010 pelo movimento S.O.S UESPI. Ainda foram ensaiadas outras propostas salariais na assembleia, mas não receberam apoio da diretoria, alegando que a proposta do ANDES/SN faz parte de uma luta histórica e que não é interessante uma proposta salarial que cause divisão na categoria, ficando a proposta com base no salário definido pelo DIEESE.

Na assembleia do dia 09 de maio, foi aprovada a greve da categoria. A presidente iniciou as discussões com os informes, Daniel Solon seguido por Geraldo Carvalho (representantes do ANDES/SN) fez análise conjuntural das reformas do governo federal com política de arrocho salarial, que pretende congelar os salários por 10 anos e implantar a reforma da previdência. Informaram sobre a mobilização dos servidores federais e das mobilizações que estão previstas para o mês de maio, conclamando todos a participarem. Esse foi o cenário preparado para incentivar os professores presentes a aceitarem a deflagração da greve. Os membros da diretoria desgastam a imagem da reitoria, afirmando que a mesma é submissa ao Estado, não apresenta as informações solicitadas, dificultando, assim, a negociação com mesmo. A presidente da ADCESP lamentou a ausência do governador na audiência convocada pelo Ministério Público do Estado para discutir a questão estrutural da UESPI e que não abre canal de negociação com a entidade, pois até o momento não recebeu seus representantes para discutirem as propostas da categoria.

Foi questionada ainda a pouca participação dos professores, os alunos do S.O.S UESPI foram os maiores participantes do evento. A reação dos professores presentes às avaliações da ADCESP se deu em duas frentes: os que já faziam parte da comissão de negociação e participavam do movimento S.O.S UESPI concordaram com a associação e conclamaram os professores a se envolverem na construção da greve. Os outros sócios que achavam necessário mais tempo para discussão, para mobilizar os professores, e não concordavam com a greve



imediate. A professora Fátima Lima (ex-presidente da ADCESP na gestão 2003/2007) questionou que a falta de estrutura da UESPI é desde a sua criação e isso tem desmoralizado os professores, questionou se o sindicato não tem verbas para mandar delegados para os congressos das estaduais, como então organizar uma greve sem recursos financeiros, acredita também que a categoria não está esclarecida suficientemente sobre a necessidade da greve imediata, apresentou proposta de mais mobilização para só depois deflagrar greve. Professor Elano (tem cargo na reitoria) também criticou a diretoria da ADCESP que segundo ele não socializa as informações sobre a universidade e que a dificuldade de mobilização é porque falta muito a discutir. Destacou a dispersão da categoria. Outros professores se manifestaram pedindo cautela em relação à greve, mas a diretoria da ADCESP insistiu na proposta vencendo com 34 votos a favor da deflagração da greve contra 09 dados à proposta da professora Fátima Lima. A presidente do sindicato, professora Graça Ciríaco, encerrou a assembleia conclamando aqueles que votaram a favor da greve que se dirigissem ao sindicato para formar comissões para construir a greve. Aqui se ajusta bem o conceito de intelectual orgânico de Gramsci como “construtor, organizador persuasor permanente”. Assim agiam os intelectuais orgânicos da diretoria da ADCESP, preparando o terreno para aprovação e construção do consenso em torno da greve. É visível que esta não surgiu do acaso, ela foi o resultado de uma ação prática que o grupo vinha desenvolvendo no interior da universidade desde 2010 com a Campanha do S.O.S UESPI, exigindo melhorias estruturais. O grupo, liderado pela professora Lucineide Barros, Graça Ciríaco, Lina Santana e discentes representantes dos Centros Acadêmicos; vinha há tempos estudando os problemas da IES, favorecido por uma continuidade de gestão à frente do sindicato, desde 2007, seguindo até a gestão de 2013.

Com a greve na rua e atividades realizadas durante a semana, as assembleias da categoria eram pautadas pela avaliação da greve e análise da postura do Estado e da reitoria. Na assembleia do dia 19 de maio, as avaliações são de que a greve é positiva e tem grande adesão principalmente dos estudantes que fizeram a mesma ganhar as redes sociais sendo amplamente divulgada. Mas ainda lamentam a postura da reitoria e a demora em aprovar o concurso para professor. Mostram-se preocupados com a adesão dos professores que estão em estágio probatório e os de contrato provisório, os quais, continuavam temerosos de aderirem ao movimento. A situação precária da universidade e dos professores foi amplamente divulgada nas redes sociais, e retratada em um programa da Rede Globo mesmo assim, os

grevistas não conseguiram um canal de negociação com o Estado. O governador Wilson Martins (PSB) não recebeu a comissão da Associação e passou a ignorar a paralização dos professores. Adotou como postura a relação direta com os diretores dos Campi com problemas, fazendo visitas e prometendo reformas, recebeu os estudantes do Campus de Picos, estes eram os que tinham a pior situação, pois o Campus estava sendo construído e os alunos não tinham onde estudar. Enfim, o governador agiu com desprezo pela ADCESP, fato que deixou preocupados os grevistas. Por conta disso, passaram a criticar a reitoria que não ajudava na negociação e clamavam o envolvimento dos professores para fortalecer o movimento com mais manifestações para chamar a atenção do representante do Estado. Os estudantes se mostravam envolvidos e decretaram greve também, agora o movimento era conjunto, todos em luta pela UESPI.

Os grevistas conseguiram chamar a atenção da Assembleia Legislativa, tiveram audiências com deputados discutindo problemas da UESPI, alguns propuseram projetos favoráveis á Instituição embora sem aprovação. Também se reuniram com o senador João Vicente Claudino, do Partido Trabalhista Brasileiro-PTB, com o secretário de Administração do Estado, todos se mostravam “comovidos” com a causa dos professores e a situação da universidade, mas em nada resultou tantas audiências, o governador se mostrava irredutível em relação às demandas dos grevistas.

A situação era de difícil negociação, e, como a instituição apresentava muitos problemas, aqueles que conduziam o movimento entendiam que os instrumentais de lutas não deveriam se pautar em uma única ação. Caso contrário, o movimento fracassaria. Foram feitas várias atividades em conjunto com os estudantes, a questão estrutural se destacava em relação às outras, mas a cada assembleia um problema ganhava destaque, o que dificultava a defesa da campanha salarial, ocorreram audiências, mas nada foi resolvido. E a cada assembleia se questionava a falta de comprometimento e adesão dos professores à greve.

Na assembleia do dia 15 de junho, os grevistas se mostravam cansados da não negociação com o Estado que, durante todo o movimento, se mostrou indiferente e descomprometido, lamentaram o fato de não terem avançado na questão salarial e a ausência dos professores nas atividades da greve. A diretoria da ADCESP reforçou o ganho político com a greve, mas propôs seu fim com manutenção do estado de greve. Proposta aprovada com 20 votos favoráveis contra 04 abstenções. Para muitos, a greve encerrou sem nenhum ganho aparente, terminou pelo desgaste dos que a conduziram. Ficou uma lacuna em relação à

campanha salarial, os que participaram e se comprometeram com essa pauta se mostraram descontentes com o fim da greve, mas concordavam que era hora de recuar e passar a exigir da reitoria o que cabia a esta resolver como, por exemplo, o caso do concurso para docentes.

Finalizamos com a assertiva de Gramsci que alerta sobre a formação para a ação:

*Uma filosofia da práxis só pode apresentar-se, inicialmente, em atitude polêmica e crítica, como superação da maneira de pensar precedente e do pensamento concreto existente (ou mundo cultural existente). E portanto, antes de tudo, como crítica do “senso comum” (e isto após basear-se sobre o senso comum para demonstrar que “todos” são filósofos e que não se trata de introduzir ex novo uma ciência na vida individual de “todos”, mas de inovar e tornar “crítica” uma atividade já existente ) (GRAMSCI,2014:101).*

O papel do intelectual orgânico seria superar o senso comum e pautar sua ação por uma atitude crítica e polêmica à realidade posta. Mas será que “todos” estão preparados para essa inversão? Muitos ainda entendem atitude crítica política como envolvimento com a política partidária e se escondem em um pensamento ainda bastante conservador sobre a relação de classe e a construção de hegemonia. Acreditamos que o estudo dessa greve demonstra que ainda temos muito avançar no que concerne a formação para à ação. A atitude revolucionária cobrada pelo nosso intelectual da Práxis Antonio Gramsci, ainda está longe de ser alcançada por parte do grupo em análise.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ATA ASSEMBLEIA DA ADCESP/SIND. Teresina, 01, abril. 2011.

ATA ASSEMBLEIA DA ADCESP/SIND. Teresina, 07, abril. 2011.

ATA ASSEMBLEIA DA ADCESP/SIND. Teresina, 09, junho. 2011.

ATA ASSEMBLEIA DA ADCESP/SIND. Teresina, 09, maio. 2011.

ATA ASSEMBLEIA DA ADCESP/SIND. Teresina, 15, junho. 2011.

ATA ASSEMBLEIA DA ADCESP/SIND. Teresina, 19, maio. 2011.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007, p.3-25.

FONTES, Virgínia. **Reflexões Im-pertinentes**. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere, volume 1**. Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho. Coedição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere, volume 2**. Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho. Coedição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere, volume 3**. Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho. Coedição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

[http://www.uespi.br/site/wp-content/themes/uespi/nucleo\\_campi.html](http://www.uespi.br/site/wp-content/themes/uespi/nucleo_campi.html) Acesso em 25/04/2015.

LEHER, Roberto. Prefácio. A (Contra-)Reforma universitária do governo Lula e o fim das fronteiras entre o público e o privado. IN: NEVES, Lúcia Maria Wanderley. (organizadora); André Silva Martins... [et al]. **Reforma universitária do governo Lula: reflexões para o debate**. São Paulo: Xamã, 2004. P. 13-22.

MATOS, Marcelo Badaró. **Reorganizando em meio ao refluxo: ensaios de intervenção sobre a classe trabalhadora no Brasil atual**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2009.

MENDONÇA, Sônia Regina de. In: MATTOS, Marcelo Badaró (Org.) **História pensar e fazer**. Rio de Janeiro: Laboratório de Ensino de História, 1998:17.